



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES

Ofício nº 6002/2021-GP

Brasília-DF, 16 de Julho de 2021.

Prezado(a) Senhor(a),


Em conformidade com o art. 7º da Portaria-TCDF nº 3/2021, publicada no DODF de 12.01.21, cumpre-me dirigir a Vossa Senhoria para encaminhar, em anexo, cópia do inteiro teor do Despacho Singular nº 224/2021-MM, com o(s) documento(s) e/ou processo(s) nele(a) indicado(s), proferido pelo CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA, Relator do Processo nº 00600-00005541/2021-99-e.

#segundoparagrafo#

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail).

#quartoparagrafo#

Atenciosamente,


João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões

Ao(À) Senhor(a)
SHIRLEY DE FARIA SOARES DE CARVALHO
Pregoeiro(a) da NOVACAP
Lote 2, Bloco A1, 1º Andar - Ed. Sede - Setor de Áreas Públicas NOVACAP Zona Industrial
(Guará)
-DF CEP:71215000

gabriela.cruz



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo nº: 00600-00005541/2021-99.

Jurisdicionada: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF.

Assunto: Licitação.

Data de abertura: 19/07/2021, às 9 horas.

Valor estimado: R\$ 132.603.800,37

Ementa:

- Edital de Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA visando a contratação de empresa(s) ou consórcio com vistas à Elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessários e suficientes para a entrega final do objeto (peça 2);
- **Fase atual:** Análise do edital;
- Corpo Técnico (peça 7): Identificação das seguintes impropriedades: (i) insuficiência da justificativa para opção pelo regime de contratação integrada; (ii) ausência de critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas admissíveis; (iii) condicionantes de qualificação técnica indevidas por não corresponderem, simultaneamente, a parcelas de relevância técnica e valores significativos do objeto a ser contratado; (iv) ausência de documentação de Responsabilidade Técnica relativa à elaboração do Anteprojeto e da Planilha de Referência; (v) deficiência no orçamento estimativo; (vi) desconformidade dos critérios de reajustamento com os termos da Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE, de 02 de janeiro de 2019, do DNIT. Pela suspensão do edital para que as falhas indicadas sejam saneadas;
- **DECISÃO LIMINAR:** Pela suspensão do certame, até ulterior deliberação desta Corte de Contas. Determinações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

DESPACHO SINGULAR Nº 224/21 - GCMM

Cuidam os autos da análise do Edital de Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA visando Contratação de empresa(s) ou consórcio com vistas à Elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessários e suficientes para a entrega final do objeto (peça 2);

A Divisão de Fiscalização de Licitações – DIFLI, por meio da Informação nº 161/2021 – DIFLI (peça 6), assim se manifestou:

“(…)

II – *Análise da Documentação Encaminhada*

II.1 – *Da Utilização do Regime de Contratação Integrada*

27. A respeito dos pressupostos que definem a escolha do Regime de Contratação Integrada, salientamos o noticiado no Informativo de Licitações e Contratos nº 289 do TCU¹, notadamente no contexto do Acórdão nº 1.388/2016 - Plenário, indicando um amplo debate no âmbito da Corte Federal de Contas que resultou no aperfeiçoamento de dois pontos para utilização do regime de contratação integrada nas contratações conduzidas pelo RDC, in verbis:

1. Nas licitações pelo regime de contratação integrada com base na possibilidade de execução com diferentes metodologias (art. 9º, inciso II, da Lei 12.462/2011), é obrigatória a inclusão nos editais de critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas diferenciadas admissíveis, em observância ao § 3º daquele artigo.

Auditoria realizada (...) apontara possíveis falhas em edital de RDC eletrônico destinado à elaboração dos projetos básico e executivo, sinalização, balizamento e execução das obras de dragagem (...), dentre as quais a inexistência do critério objetivo de julgamento a que se refere o § 3º do art. 9º da Lei 12.462/2011, para os casos em que há a possibilidade de adoção de diferentes metodologias de execução do objeto. (...) Logo, concluiu a relatora, “a aplicação do dispositivo em questão não está necessariamente vinculada à adoção do julgamento por técnica e preço”, de modo que, numa licitação por menor preço, “pode perfeitamente o edital estabelecer critérios de avaliação e julgamento que privilegiem uma ou outra metodologia”. Assim, assentou que “o § 3º do art. 9º da Lei 12.462/2011 é perfeitamente aplicável em licitações por menor preço”. (...) Assim, adotou o Plenário

¹ <https://portal.tcu.gov.br/jurisprudencia/boletins-e-informativos/informativo-de-licitacoes-econtratos.htm>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

a proposta da relatora para, dentre outros comandos, cientificar o Ministério (...), de que “nas licitações pelo regime de contratação integrada enquadradas no inciso II do art. 9º da Lei 12.462/2011, é obrigatória a inclusão nos editais de critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas diferenciadas admissíveis, em observância ao § 3º daquele artigo”.

2. A opção pelo regime de contratação integrada com base na possibilidade de execução com diferentes metodologias (art. 9º, inciso II, da Lei 12.462/2011) deve ser fundamentada em estudos objetivos que a justifiquem técnica e economicamente e considerem a expectativa de vantagens quanto a competitividade, prazo, preço e qualidade em relação a outros regimes de execução, especialmente a empreitada por preço global, e, entre outros aspectos e quando possível, considerem a prática internacional para o mesmo tipo de obra, sendo vedadas justificativas genéricas, aplicáveis a qualquer empreendimento.

Ainda na Auditoria que examinou o edital de RDC eletrônico destinado à elaboração dos projetos básico e executivo, sinalização, balizamento e execução das obras de dragagem (...), apreciou a relatora a falta de justificativa exigida pela Lei 12.462/2011 para adoção do regime de contratação integrada. Analisando o ponto, anotou inicialmente a relatora que “o art. 8º daquela lei definiu a empreitada por preço global, a empreitada integral e a contratação integrada como regimes preferenciais de execução”. Contudo, prosseguiu, “a opção pela contratação integrada não foi oferecida pela legislação de forma ampla e irrestrita, pois é exigida justificativa técnica e econômica para sua adoção, além da necessidade de o objeto da licitação observar pelo menos uma das condições estabelecidas no aludido art. 9º [inovação tecnológica ou técnica; possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado]”. Dessa forma, “não se pode admitir que a simples possibilidade de execução de qualquer serviço com metodologias diferenciadas [art. 9º, inciso II] seja suficiente para o enquadramento pretendido. Tal interpretação do art. 9º levaria à sua inocuidade, pois, se assim fosse, toda obra contratada a partir de um anteprojeto – como é o caso das contratações integradas – atenderia à condição da lei”. No caso concreto, a (...) apresentou justificativas técnicas e econômicas genéricas, “desprovidas da cabal demonstração das vantagens para a Administração da opção pela contratação integrada”. (...) Assim, adotou o Plenário a proposta da relatora, que incorporou com ajustes a sugestão do revisor ao item 9.1.1 do acórdão, para, dentre outros comandos, cientificar o (...), que “a opção pelo regime de contratação integrada com base no inciso II do art. 9º da Lei 12.462/2011 deve ser fundamentada em estudos objetivos que a justifiquem técnica e economicamente e considerem a expectativa de vantagens quanto a competitividade, prazo, preço e qualidade em relação a outros regimes de execução, especialmente a empreitada por preço global, e, entre outros aspectos e quando possível, a prática internacional para o mesmo tipo de obra, sendo vedadas justificativas genéricas, aplicáveis a qualquer empreendimento”.

28. Em relação ao primeiro ponto, no caso da presente contratação, entendemos imprescindível a inclusão de critérios específicos de avaliação da proposta mais vantajosa, pois ao focar a avaliação unicamente no custo inicial da proposta, as jurisdicionadas desconsideram os demais custos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

decorrentes, por exemplo, da operação e manutenção da obra, o que a nosso ver, compromete a definição da melhor escolha.

29. *Isso significa que pode ocorrer que uma proposta de menor valor vença o certame, no entanto, essa proposta se torne a mais desvantajosa ao longo da vida útil da obra por custos inerentes à manutenção da obra.*

30. *Quanto ao segundo ponto, entendemos que o objeto passivo de contratação integrada deve ser tal que permita uma disputa efetiva em termos de metodologia/tecnologia. Se a obra for tão simples que as propostas oferecidas pelos particulares se tornem semelhantes, sem efetiva competitividade, logo, sem real ganho, não se justifica essas transferências de riscos para o particular (que reflete em maiores custos para o ente público), pois a Administração com a expertise que possui poderia muito bem dimensionar o objeto.*

31. *Para uma obra de engenharia de execução corriqueira que a própria Administração possa chegar sem grandes esforços, a solução ideal (melhor custo/benefício) não teria motivo, nos termos art. 9º, inciso II, da Lei nº 12.462/2011, a transferência da elaboração de projeto básico para o particular.*

32. *Isto é, se o objeto não oferece efetiva possibilidade no emprego de diferentes metodologias, capazes de render benefícios para a Administração, tal vantagem narrada como motivação para escolha da contratação integrada será diminuída ou anulada.*

33. *Em suma, seriam quatro quesitos a serem avaliados para bem motivar a escolha pela contratação integrada²:*

- *Real competição em termos de solução e projeto;*
- *Distinção relevante entre as possíveis soluções a serem apresentadas;*
- *Dificuldade de a própria administração chegar à melhor solução técnica e/ou metodológica;*
- *Capacidade de comparar e pontuar as diferentes soluções apresentadas;*

34. *Portanto, diante das questões levantadas no âmbito do Acórdão nº 1.388/2016 - Plenário, entendemos importante que seja determinado às Jurisdicionadas que:*

- *apresentem estudos objetivos que fundamentem técnica e economicamente, considerando a expectativa de vantagens quanto à competitividade, prazo, preço e qualidade, abstendo-se de justificativas genéricas aplicáveis a qualquer empreendimento, que justifique a opção pelo regime de contratação integrada com base no inciso II do art. 9º.*
- *diante da possibilidade de execução da obra com diferentes metodologias, inclua no Edital critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas admissíveis, em observância ao art. 9º, inciso II, § 3º da Lei nº 12.462/2011;*

II.2 – Dos Requisitos de Habilitação Técnica

² RDC e contratação integrada na prática: 250 questões fundamentais / Cláudio Sarian Altounian; Rafael Jardim Cavalcante – Belo Horizonte: Fórum, 2014. Página 284.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

35. Sobre a habilitação técnica, o Edital disciplina (fls. 23/24 da Peça nº 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#)):

I - Do responsável Técnico

12.10.4.3. *Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado (s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas - ART's e - emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de:*

SERVIÇOS	Unidade
1. Execução de Obra de Arte Especial	m²
2. Execução de armação em aço CA-50	Kg
3. Execução de Concreto asfáltico	t
4. Execução de Pavimento de Concreto	m³
5. Execução de Tunnel Liner	m
6. Execução de rede de drenagem pluvial	m

II - Da Empresa

12.10.4.4. *Capacidade Técnica Operacional da Empresa - Comprovação que a empresa licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão (ões) ou atestado (s). Os atestados para capacidade operativa da empresa deverá ser acompanhados das respectivas CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico - em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para atender o acervo exigido.*

12.10.4.5. *Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução de:*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

SERVIÇOS	Unidade	Quantidade exigida
1. Execução de Obra de Arte Especial	m ²	1.302,00
2. Execução de armação em aço CA-50	Kg	254.876,00
3. Execução de Concreto asfáltico	t	34.337,00
4. Execução de Pavimento de Concreto	m ³	6.295,00
5. Execução de Tunnel Liner	m	106,0
6. Execução de rede de drenagem pluvial	m	2.131,0

12.10.4.5.1. Nos atestados apresentados pela empresa os serviços deverão guardar mesma complexidade técnica que os requeridos no quadro acima.

12.10.4.5.2. Os valores exigidos para a qualificação técnica referem-se a 50% dos serviços de maior relevância e valor significativo do objeto em contratação e/ou decorrentes de serviço específico indispensável a consecução do objeto a ser contrato, em observância à Constituição

Federal, Art. 37, inciso XXI, Lei nº 8.666/1993, Art. 3º, § 1º, inciso I e Art. 30, inciso II, Súmula nº 263/2011 - TCU, Acórdão TCU nº 1636/2007 - Plenário e Processo nº 2.754/2019-e - TCDF;

12.10.4.5.3. Declaração de responsabilidade técnica de acordo com o modelo e nos termos do "Anexo XIV" do Edital, na qual deverá constar a qualificação dos responsáveis técnicos indicados para a execução das obras em licitação, assinada pelo representante legal da licitante.

36. Em relação às condicionantes exigidas, é digno de nota a existência de serviço que não possui materialidade financeira no escopo da obra a ser contratada, como é o caso do item nº. 5 "Execução de Tunnel Liner".

37. Nesse sentido, dispõe a Súmula nº 263 do TCU:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância³ e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

38. Entendimento que foi acompanhado por essa Corte, por exemplo, nas Decisões nº 2598/2019, 5855/2018, 3158/2017, 6220/2016.

39. Assim, iremos sugerir que seja determinado às Jurisdicionadas que excluam das condicionantes de qualificação técnica a comprovação de "Execução de Tunnel Liner", por não corresponderem, simultaneamente, a parcelas de relevância técnica e valores significativos do objeto a ser contratado, nos termos da Súmula nº 263 do TCU.

³ Relevância Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

40. Ademais, dos dispositivos apresentados, em convergência ao entendimento dessa Corte, o Edital possibilita a soma e não estabelece limitação de tempo ou locais específicos para os atestados exigidos dos licitantes.

41. Em relação aos demais requisitos de habilitação (jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira), também verificamos que os regramentos previstos no Edital não merecem reparos.

II.3 – Da Ausência de Documentos de Responsabilidade Técnica

42. Não foram encaminhados os documentos que atestam a

Responsabilidade Técnica referente à elaboração do Projeto Básico e da Planilha de Referência.

43. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União, tendo por base a Lei nº. 6.469/1977¹⁵ e Resolução nº. 1.025/09 – CONFEA¹⁶, estabeleceu na Súmula nº. 260:

“É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.”

44. O TCDF, por sua vez, também já teceu recomendações em distintas ocasiões, como, por exemplo, na Decisão n.º 5.749/12, que determinou assim:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III) determinar (...) b) a todos os órgãos e entidades integrantes do complexo administrativo do Distrito Federal que promovam o registro junto ao Crea/DF da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto (básico e executivo), execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas;

45. Desse modo, é importante que a Novacap e a SO encaminhem a documentação de Responsabilidade Técnica relativa à elaboração do Anteprojeto e da Planilha de Referência, consoante a Resolução n.º 1.025/09 do CONFEA, artigo 1º da Lei n.º 6.496/1977, e a Decisão TCDF n.º 5.749/12.

15 Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).

Art. 2º A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

II.4 – Do Orçamento Estimativo

46. Da Curva ABC¹⁷ apresentada pela Jurisdicionada (fls. 961/966 **), considerando a limitação de tempo e o impacto da representatividade singular



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

de cada um dos itens, optamos por restringir nossa análise ao limite de 72,84% do custo total:

Curva ABC

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ¹⁹ (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	%
1	ANP	Fornecimento de cimento astáltico CAP 50/70.	t	3.777,091	R\$ 3.100,34	R\$ 11.710.267,19	10,58%
2	EXPEDITA	Viadutos OAE	M2	2603,95	R\$ 3.635,41	R\$ 9.466.437,85	9,27%
3	ESTIMADO	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	unid.	1,00	R\$ 6.674.574,29	R\$ 6.674.574,29	6,53%
4	95879 - SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATE 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 12/2016	TXKM	9.618.762,78	R\$ 0,53	R\$ 5.097.944,27	4,99%
5	407819M - SICRO	ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	kg	509.752,88	R\$ 9,76	R\$ 4.973.556,90	4,87%
6	96396 - SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019	M3	39.238,97	R\$ 114,86	R\$ 4.506.967,86	4,41%
7	4011533M - SICRO	PAVIMENTO DE CONCRETO COM FORMAS DEZLIZANTES- AREIA E BRITA COMERCIAIS	m3	12.589,72	R\$ 343,61	R\$ 4.325.974,04	4,23%
8	101025M - SINAPI-M	USINAGEM DE CONCRETO ASFÁLTICO COM CAP 50/70 PARA CAMADA DE ROLAMENTO, PADRÃO DNIT FAIXA C, EM USINA DE ASFALTO GRAVIMÉTRICA DE 150 TONIH. AF 03/2020 P	T	35.375,32	R\$ 112,82	R\$ 3.990.933,71	3,91%
9	101024M - SINAPI	USINAGEM DE CONCRETO ASFÁLTICO COM CAP 50/70, PARA CAMADA DE BINDER, PADRÃO DNIT FAIXA B, EM USINA DE ASFALTO GRAVIMÉTRICA DE 150 TONIH. AF 03/2020 P	T	33.299,07	R\$ 99,49	R\$ 3.312.978,34	3,24%

¹⁷ A Curva ABC define os itens prioritários de controle em ordem de materialidade.

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02

¹⁹ Valor sem BDI.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ¹² (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	%
10	93599 - SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 04/2015	TXKM	7.468.365,51	R\$ 0,38	R\$ 2.837.978,90	2,78%
11	94991 - SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 07/2016	M3	5.692,51	R\$ 450,41	R\$ 2.564.009,73	2,51%
12	4743 - SINAPI	CASCALHO DE CAVA	M3	90.638,84	R\$ 30,30	R\$ 2.746.356,75	2,48%
13	96391M - SINAPI-M	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM SOLO MELHORADO COM (3%) CAL - EXCLUSIVE ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF 09/2017	m3	39.378,97	R\$ 62,32	R\$ 2.454.246,53	2,40%
14	98504 - SINAPI	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF 05/2018	M2	266.763,72	R\$ 8,42	R\$ 2.246.150,52	2,20%
15	94273 - SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF 06/2016	M	52.141,06	R\$ 35,54	R\$ 1.853.093,27	1,81%
16	96995 - SINAPI	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF 10/2017	M3	39.807,95	R\$ 39,76	R\$ 1.582.764,05	1,55%
17	ESTIMADO	IMPLANTAÇÃO DO CANTEIROS DE OBRAS COM MANUTENÇÃO	unid.	1,00	R\$ 1.430.265,92	R\$ 1.430.265,92	1,40%
18	EXPEDITA	PASSARELA SUBTERRÂNEA	M2	554,40	R\$ 2.465,51	R\$ 1.366.879,16	1,34%
19	CPU-001 - SINAPI	POÇO VISITA AG. PLUV. EM ALVENARIA 1,10X1,10X1,40 M COLETOR D=40 E 60 CM COM BLOCO DE CONCRETO 09X19X39 CM, LAJE EM CONCRETO ARMADO PREMOLDADO FCK=225 KG/CM² E REVEST. C/ARG. CIM/AREIA 1:3 E=2,0 CM, C/ ESTRIBOS INCL. FORN. DE TODOS MATERIAIS. CONF. PROJETO	UN	1.257	R\$ 962,96	R\$ 1.210.439,39	1,18%
20	ANP	FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA IMPRIMANTE (EAI)	t	486,03	R\$ 2.603,10	R\$ 1.265.180,78	1,14%
TOTAL						R\$ 75.617.019,45	72,84%

47. Preliminarmente, apontamos que o estudo que culminou na formação do custo dos insumos asfálticos, especificamente os itens nº 01 "Fornecimento de cimento asfáltico CAP 50/70" e nº 20 "FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA IMPRIMANTE (EAI)" da Curva ABC apresentada, nos temos da Portaria nº 1.977/17 do DNIT, foram apresentados às fls. 1647/1648**.

48. Sobre a formação dos demais custos de referenciais, salientamos o apontamento feito pela Divisão de Licitações e Contratos à fl. 2091 **, nessas palavras:

"1. Conforme Documento SEI Orçamento SEM DESONERAÇÃO5

8(059044) "o orçamento foi elaborado baseado primordialmente nos custos referenciais do SINAPI com data base de junho/2020, em seguida o SICRO com data base de janeiro/2020 e algumas tabelas auxiliares, tendo seus insumos alterados para o SINAPI", estando, portanto, em consonância com as recomendações da NOVACAP;"

49. De igual modo, ao indicar as premissas adotadas para elaboração dos custos de referência, informam que (fl. 1546**):

⁴ * Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

1. O orçamento foi orçado de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto 7.983/2013;

50. No entanto, o regramento que consta no Decreto nº 7.983/2013, para a tipologia da obra em epígrafe (infraestrutura de transportes), determina que:

Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

51. Portanto, diferente do pressuposto adotado, ou seja, a priorização do SINAPI em detrimento do SICRO, em atenção ao art. 4º do Decreto nº 7.983/2013 e em especial ao princípio da economicidade, entendemos importante que as Jurisdicionadas adotem preferencialmente o SICRO para orçamentação da obra em questão.

52. A título de exemplificação, em relação aos itens da Curva ABC de nº 04 "TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 12/2016" e de nº 05 "ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO", ao adotar como referência o SICRO⁵, as Jurisdicionadas tem o potencial de promover uma redução de até R\$ 3.454.481,26 (valor sem BDI) na planilha a ser licitada, vejamos:

ITEM	CÓDIGO PLANILHA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ⁶ (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
4	95879 - SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 12/2016	TXKM	9.618.762,76	R\$ 0,53	R\$ 5.097.944,27
5	407819M - SICRO	ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	kg	509.752,88	R\$ 9,76	R\$ 4.973.556,90
Total						R\$ 10.071.501,17

ITEM	CÓDIGO SICRO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ⁶ (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
4	5915321 - SINAPI	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia pavimentada AF 12/2016	tkm	9.618.762,76	R\$ 0,30	R\$ 2.885.628,83
5	407819 - SICRO	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	509.752,88	R\$ 7,32	R\$ 3.731.391,08
Total						R\$ 6.617.019,92

53. No mais, não identificamos nos documentos encaminhados a metodologia adotada para formulação expedida do preço unitário dos itens nºs 02 e 18 da Curva ABC, nessa ordem, "Viadutos OAE" e "PASSARELA SUBTERRÂNEA".

54. Igualmente, também observamos que apesar de constar à fl. 1546 ** as premissas adotadas para precificação estimada dos itens nº 03, "ADMINISTRAÇÃO LOCAL" e nº 17 "IMPLANTAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS COM MANUTENÇÃO" da Curva ABC, tais informações não foram lastreadas em referências detalhadas, vejamos:

⁵ Valores da planilha SICRO do Distrito Federal de julho/2020, sem desoneração, usada como base, pois é a tabela do SICRO mais próxima da referência do SINAPI adotada, que é junho de 2020.

⁶ * Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

9. O custo da implantação do canteiro, por tratar-se de contratação no Regime Diferenciado de Contratação Integrada, foi definido em função de percentual sobre o custo total da obra, metodologia expedita. A definição do percentual foi baseada na média do custo de implantação do canteiro de 4 (quatro) grandes obras, cujos orçamentos foram elaborados por esta Secretaria. O percentual foi ajustado devido a algumas particularidades da obra, pois nesta estimativa de custo já estão inclusos os canteiros de apoio para a implantação das obras de artes especiais, assim como os equipamentos de manutenção do local e os serviços de recuperação da área do mesmo após término das obras.

Serviços	OBRA 1	OBRA 2	OBRA 3	OBRA 4	Média	Percentual (%) Ajustado para a obra
	Percentual (%)				Percentual (%)	
Canteiro de Obra	0,84%	0,37%	1,15%	1,07%	1,10	1,50%

10. O custo da administração local foi definido do mesmo modo que o custo da implantação do canteiro, devendo fazer parte da mesma a coordenação da equipe de elaboração do projeto e despesas com materiais de consumo e de expediente. Também houve ajuste no percentual devido às particularidades da obra.

Serviços	OBRA 1	OBRA 2	OBRA 3	OBRA 4	Média	Percentual (%) Ajustado para a obra
	Percentual (%)				Percentual (%)	
Administração Local	5,72%	4,94%	7,58%	5,58%	5,96	7,00%

55. Dessa forma, julgamos prudente que as Jurisdicionadas indiquem de forma específica as fontes de onde extraíram as referências para formação dos custos estimados relativos aos itens “ADMINISTRAÇÃO LOCAL” e “IMPLANTAÇÃO DO CANTEIROS DE OBRAS COM MANUTENÇÃO”.

II.5 – Do Critério de Reajustamento

56. Como anteriormente relatado, o critério de reajustamento previsto no Edital estabelece (fl. 14 Peça nº 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#)):

19.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, a Contratada fará jus ao reajustamento após o interregno de um ano, contado da data base do orçamento, aplicando-se o índice INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV – Coluna 18, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei nº

10.192/2001. (grifamos)

57. Observa-se, portanto, que as Jurisdicionadas adotaram um único índice para reajustamento, o que a nosso entender não é o mais adequado, haja vista, por exemplo, o item de maior representatividade na Curva ABC apresentada “Fornecimento de cimento asfáltico CAP 50/70” não possui nenhuma correlação com o INCC (índice adotado).

58. O índice de reajuste deve refletir as variações médias dos preços no ramo mercadológico específico e/ou no tipo de obra, e nesse sentido o DNIT possui a Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE⁷, de 02 de janeiro de 2019, que estabelece vários índices de reajustamento que indicam a variação mensal de preços da cesta de negócio das diferentes famílias.

7

<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/documentos/InstruodeServion012019.pdf>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

59. Só para o ano corrente (dados até maio de 2021)⁸, por exemplo, a variação de custo com ligantes betuminosos foi bem maior do que o INCC.

DESCRIÇÃO DOS ÍNDICES		01/21	02/21	03/21	04/21	05/21
TERRAPLENAGEM	DEZ/2000=100	340,394	344,881	353,221	353,714	359,974
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	DEZ/2000=100	366,402	374,507	381,784	388,657	397,713
PAVIMENTAÇÃO	DEZ/2000=100	379,921	386,507	394,165	399,117	408,293
CONSULTORIA (Supervisão e Projetos)	DEZ/2000=100	245,714	245,836	245,977	247,326	247,645
DRENAGEM	DEZ/2000=100	347,382	351,830	357,046	361,446	364,619
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	DEZ/2000=100	324,820	330,791	337,724	342,873	348,339
PAVIMENTOS CONCRETO CIMENTO PORTLAND	DEZ/2000=100	304,114	307,046	310,489	313,686	317,229
CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	DEZ/2000=100	324,142	326,532	329,986	331,454	334,121
LIGANTES BETUMINOSOS	DEZ/2000=100	707,046	765,372	764,308	763,320	980,526
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (Sem Aço)	DEZ/2000=100	347,011	353,570	358,184	362,148	365,581
IGP - DI	AGO/1994=100	951,395	977,133	998,344	1020,495	1055,167
ÍNDICE NACIONAL DE CUSTO DA CONSTRUÇÃO	AGO/1994=100	852,809	868,929	880,265	888,191	907,899

60. Logo, iremos sugerir que seja determinado às Jurisdicionadas que adotem, no que couber, índices de reajustamento setoriais distintos para cada família de serviço, nos termos da Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE, de 02 de janeiro de 2019, do DNIT. ”

Ao final, o Corpo Instrutivo apresentou as seguintes sugestões ao e.

Plenário:

I. tome conhecimento do Edital da Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA (Peça nº. 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#)), do link de acesso ao Processo SEI nº 00110-00002590/2020-83 (Peça nº 04, e-DOC: [FBF9881C-e](#)) e da cópia do referido Processo juntada aos autos na aba Associados do Processo Eletrônico, notadamente nas peças “Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01” e “Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02”;

II. determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, com fulcro no art. 277 do RITCDF, que suspendam a Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA, até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas as correções a seguir e/ou apresentem as devidas justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao

Tribunal:

a) apresentem estudos objetivos que fundamentem técnica e economicamente, considerando a expectativa de vantagens quanto à competitividade, prazo, preço e qualidade, abstando-se de justificativas genéricas aplicáveis a qualquer empreendimento, que justifique a opção pelo regime de contratação integrada com base no inciso II do art. 9º;

b) diante da possibilidade de execução da obra com diferentes metodologias, incluam no Edital critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas admissíveis, em observância ao art. 9º, inciso II, § 3º da Lei nº 12.462/2011;

c) excluam das condicionantes de qualificação técnica a

⁸ <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-epagamentos-dnit/indices-de-reajustamentos/indices-de-reajustamentos-de-obrasrodoviario/ndicedeReajustamentodeObrasRodoviasMAI2021.pdf>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

comprovação de “Execução de Tunnel Liner”, por não corresponderem, simultaneamente, a parcelas de relevância técnica e valores significativos do objeto a ser contratado, nos termos da Súmula nº 263 do TCU;

d) encaminhem a documentação de Responsabilidade Técnica relativa à elaboração do Anteprojeto e da Planilha de Referência, consoante a Resolução n.º 1.025/09 do CONFEA, artigo 1º da Lei n.º 6.496/1977, e a Decisão TCDF n.º 5.749/12;

e) em relação ao orçamento estimativo:

1. adotem preferencialmente a tabela do SICRO para orçamentação da obra em questão, em atenção ao art. 4º do Decreto nº 7.983/2013 e ao princípio da economicidade;

2. apresentem a metodologia adotada para formulação expedida dos preços unitário dos itens “Viadutos OAE” e “PASSARELA SUBTERRÂNEA”;

3. indiquem de forma específica as fontes das quais extraiu as referências para formação dos custos estimados para a “ADMINISTRAÇÃO LOCAL” e para a “IMPLANTAÇÃO DO CANTEIROS DE OBRAS COM MANUTENÇÃO”.

f) Em relação aos critérios de reajustamento, adotem, no que couber, índices setoriais distintos para cada família de serviço, nos termos da Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE, de 02 de janeiro de 2019, do DNIT;

III. autorize:

a) o envio de cópia da Decisão que vier a ser adotada e do respectivo Relatório/Voto à Novacap, à SODF e ao Presidente da Comissão de Licitação, a fim de subsidiar o atendimento ao item II;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada para os devidos fins.”

É o relatório.

DECIDO

Cuidam os autos da análise do Edital de Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA visando a contratação de empresa(s) ou consórcio com vistas à Elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessários e suficientes para a entrega final do objeto (peça 2).

A zelosa Divisão de Fiscalização de Licitações - DIFLI, após um exame detalhado do edital em voga, por meio da Informação nº 161/2021 (peça 6), identificou, dentre outras, as seguintes impropriedades no instrumento convocatório:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

- (i) insuficiência de justificativa para opção pelo regime de contratação integrada;
- (ii) ausência de critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas admissíveis;
- (iii) condicionantes de qualificação técnica indevidas por não corresponderem, simultaneamente, a parcelas de relevância técnica e valores significativos do objeto a ser contratado;
- (iv) ausência de documentação de Responsabilidade Técnica relativa à elaboração do Anteprojeto e da Planilha de Referência;
- (v) deficiência no orçamento estimativo;
- (vi) desconformidade dos critérios de reajustamento com os termos da Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE, de 02 de janeiro de 2019, do DNIT.

Diante de tais irregularidades, propôs ao e. Plenário medida cautelar de suspensão do certame para que a jurisdicionada saneie os autos do processo de contratação ou apresente as justificativas que entender pertinentes.

Ao compulsar os autos, em linha com a unidade instrutiva, verifico que o certame em análise padece de diversas impropriedades que devem ser saneadas ou devidamente justificadas pela Jurisdicionada, com vistas a torná-lo apto a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando-se concomitantemente os demais princípios atinentes à contratação pública, mormente o da competitividade.

Nessa toada, impende destacar que o art. 277 do Regimento Interno do TCDF dispõe que o Tribunal poderá, em caso de urgência, de **fundado receio de grave lesão ao Erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando a suspensão do procedimento impugnado**, até que o Tribunal julgue o mérito da questão.

Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Analisando os elementos constantes dos autos, verifico a satisfação dos pressupostos acima mencionados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

No que tange ao *periculum in mora*, noto que a sessão de abertura do certame está marcada para o dia 19/7/2021, às 9 horas.

Ora, a iminência da sessão de abertura do certame implicará prejuízo ao interesse público e/ou risco de ineficácia da decisão de mérito, razão pela qual reconheço a existência do *periculum in mora* no caso em voga.

No mesmo sentido a existência do *fumus boni iuris*, dadas as diversas impropriedades identificadas pelo Corpo Técnico, que podem afetar a competitividade, a eficiência e a economicidade da contratação, bem assim a igualdade, princípios básicos que regem o procedimento licitatório, consoante dispõe o art. 3º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, *ipsis litteris*:

Art. 3º As licitações e contratações realizadas em conformidade com o RDC deverão observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. (GN)

Desse modo, haja vista a presença dos requisitos autorizadores, deve a Corte suspender o certame na fase em que se encontra, até deliberação ulterior desta Casa a respeito da matéria.

Por fim, deve a Novacap adotar as medidas corretivas sugeridas pela Instrução visando sanear as irregularidades identificadas ou, se preferir, apresentar as devidas justificativas, encaminhando a documentação comprobatória ao Tribunal.

Diante do exposto, *ad referendum* do e. Plenário, em harmonia com o Corpo Instrutivo, com ajuste redacional, **DECIDO** liminarmente:

- I. tomar conhecimento:
 - a) do Edital da Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA (peça 02),
 - b) do link de acesso ao Processo SEI nº 00110-00002590/2020-83 (peça nº 04);
 - c) da cópia do referido Processo juntada aos autos na aba Associados do Processo Eletrônico, notadamente nas peças “Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01” e “Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02”;
 - d) da Informação nº 161/2021- DFLI (peça 6);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

II. determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, com fulcro no art. 277 do RITCDF, que suspendam a Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA, até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas as correções a seguir e/ou apresentem as devidas justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal:

- a) apresentem estudos objetivos que fundamentem técnica e economicamente, considerando a expectativa de vantagens quanto à competitividade, prazo, preço e qualidade, abstendo-se de justificativas genéricas aplicáveis a qualquer empreendimento, que justifique a opção pelo regime de contratação integrada com base no inciso II do art. 9º;
- b) diante da possibilidade de execução da obra com diferentes metodologias, incluam no edital critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas admissíveis, em observância ao art. 9º, inciso II, § 3º da Lei nº 12.462/2011;
- c) excluam das condicionantes de qualificação técnica a comprovação de “Execução de Tunnel Liner”, por não corresponderem, simultaneamente, a parcelas de relevância técnica e valores significativos do objeto a ser contratado, nos termos da Súmula nº 263 do TCU;
- d) encaminhem a documentação de Responsabilidade Técnica relativa à elaboração do Anteprojeto e da Planilha de Referência, consoante a Resolução n.º 1.025/09 do CONFEA, artigo 1º da Lei n.º 6.496/1977, e a Decisão TCDF n.º 5.749/12;
- e) em relação ao orçamento estimativo:
 - 1) adotem preferencialmente a tabela do SICRO para orçamentação da obra em questão, em atenção ao art. 4º do Decreto nº 7.983/2013 e ao princípio da economicidade;
 - 2) apresentem a metodologia adotada para formulação expedida dos preços unitários dos itens “Viadutos OAE” e “PASSARELA SUBTERRÂNEA”;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

3) indiquem de forma específica as fontes das quais extraiu as referências para formação dos custos estimados para a “ADMINISTRAÇÃO LOCAL” e para a “IMPLANTAÇÃO DO CANTEIROS DE OBRAS COM MANUTENÇÃO”.

f) em relação aos critérios de reajustamento, adotem, no que couber, índices setoriais distintos para cada família de serviço, nos termos da Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE, de 02 de janeiro de 2019, do DNIT;

III. autorize:

a) o envio de cópia da Informação nº 161/2021- DFLI e da presente decisão à Novacap, à SODF e ao Presidente da Comissão de Licitação, a fim de subsidiar o atendimento do item II;

c) o retorno dos autos ao GCMM com vistas à submissão desta decisão monocrática à ratificação pelo e. Plenário.

Sala das Sessões, 16 de julho de 2021.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator



INFORMAÇÃO Nº 161/2021 – DIFLI

PROCESSO Nº: 00600-00005541/2021-99

JURISDICIONADOS: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF

ASSUNTO: Licitação – Concorrência

VALOR ESTIMADO: R\$ 132.603.800,37

DATA DE ABERTURA: 19/07/2021, às 9 horas

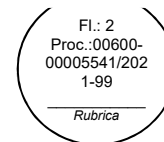
EMENTA: Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA. Objeto: Contratação de empresa(s) ou consórcio com vistas à Elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessários e suficientes para a entrega final do objeto, conforme condições especificadas no Anteprojeto (ANEXO II), demais documentos anexos ao Termo de Referência, no Edital e seus anexos. Análise de Edital. Improriedades e determinações. Pela suspensão do certame.

Senhor Diretor,

Tratam os autos do exame formal do Edital do Regime Diferenciado de Contratação Integrada - RDCI no 01/2021, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, cujo objeto é a Contratação de empresa(s) ou consórcio com vistas à Elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessários e suficientes para a entrega final do objeto, conforme condições especificadas no Anteprojeto (ANEXO II), demais documentos anexos ao Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

2. Conforme publicado no DODF, em 17/06/2021 (Peça nº 01, e-DOC: [BC664490-e](#)), a data da sessão de abertura das propostas ocorrerá no dia 19/07/2021, às 9 horas. O valor estimado do certame é de R\$ 132.603.800,37 (cento e trinta e dois milhões, seiscentos e três mil, oitocentos reais e trinta e sete centavos). A publicação informa também que “(...) o Edital e seus anexos poderão ser retirados exclusivamente nos sites www.licitacoes.com.br e www.novacap.df.gov.br. Contatos e informações nos telefones nºs (061) 3403-2321 ou (061) 3403-2322 e no e-mail dilic@novacap.df.gov.br”.

3. A versão do Edital disponibilizada na internet consta na Peça nº 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#). Dele, extraímos que a licitação será conduzida nos termos da Lei nº 12.462/2011¹, terá modo de disputa aberto, critério de julgamento maior desconto, regime de execução de contratação integrada² e que o prazo total para execução da obra está estipulado em 33 (trinta e três) meses contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços (subitem 18.1.1).

4. Por meio do Ofício nº 159/2021 – DIFLI (Peça nº 03, e-DOC: [3E039294-c](#)), de 17/06/2021, o titular da SESPE solicitou à Chefe da DECOMP/DA - Novacap o acesso a todos os documentos do Processo SEI nº 00110-00002590/2020-83, que trata do certame em referência, a ser enviado mediante barramento de serviços do Processo Eletrônico Nacional – PEN ou pelo encaminhamento do *link* de acesso ao Processo para o e-mail: analise.editais@tc.df.gov.br.

5. Em atendimento, a Jurisdicionada, por intermédio de e-mail enviado em 17/06/2021 a esta Corte (Peça nº. 05, e-DOC: [FBF9881C-e](#)), disponibilizou o *link* de acesso, permitindo a obtenção da cópia do Processo, que foi juntada aos

¹ Lei que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, recepcionada pela Administração Direta e Indireta do Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 5.254/2013.

² Lei nº 12.462/2011, Art. 9º, § 1º: A contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.



autos na Aba Associados do Processo Eletrônico, notadamente nas peças “Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01” e “Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02”, conforme indica Termo que compõe a Peça nº 05, e-DOC: [00F5DF51-e](#).

I – Informações Gerais da Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA.

6. Para justificar tecnicamente a contratação, na última versão do Termo de Referência (TR) o Jurisdicionado pondera (1918/1919*):

Contratar o objeto em um único certame, desde a elaboração do projeto à execução da obra, proporcionará benefícios como celeridade e eficiência na implantação de infraestrutura complexa como é o caso da readequação da EPIG, tendo em vista ser uma importante via de ligação entre cidades satélites e a área central de Brasília, com fluxo de tráfego intenso, inclusive de transporte público, e estar inserida em meio urbano consolidado.

O Sistema Bus Rapid Transit - BRT, podendo ser traduzido para Ônibus de Trânsito Rápido, deve possuir sistema de infraestrutura especializado para que cumpra sua finalidade de redução de tempos de viagens e de causas típicas de atrasos. Para isso, o sistema de transporte público deve operar em via exclusiva, no modelo de corredor de ônibus, e não ser submetido à congestionamentos. Além disso, deve ter prioridades nos cruzamentos para evitar atrasos em interseções viárias.

Paralelamente à implantação do Sistema BRT, a EPIG, além das características de via de ligação ao centro urbano, possui a particularidade de ser via interceptora entre área residencial e parque urbano, o que faz necessárias definições de travessias que não coloquem em risco pedestres e ciclistas, mas que não seja obstáculo para o bom funcionamento do corredor exclusivo de transporte público. A concepção apresentada e aprovada no IPHAN contempla passagens subterrâneas, para as quais o órgão avaliou como fator negativo o favorecimento do veículo motorizado em detrimento dos pedestres e ciclistas que deverão realizar um trajeto maior para a transposição da rodovia.

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, define no Art. 6º a “prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado”.

Considerando a prioridade definida na Lei 12.587/2012, a proposta das passagens de pedestres deve ser analisada e estuda de forma a sanar o fator negativo levantado pelo IPHAN. Um exemplo de solução a ser adotada é criar atrativos nas passagens subterrâneas que conduzam o

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02



pedestre à transposição da via de forma segura e agradável sem a percepção de que esteja realizando longo caminho.

Quanto às interseções viárias na EPIG com vias do Setor Sudoeste, do Parque da Cidade e da Estrada do Setor Policial Militar - ESPM, foram propostas soluções em sistemas de viadutos e que merecem estudos mais aprofundados que comprovem sua eficácia quanto ao dimensionamento e posicionamento, tendo em vista o tempo decorrido e as alterações de uso e ocupação do solo, especialmente no Setor de Indústria Gráficas – SIG, onde, a partir da Lei Complementar nº 965/2020, foram implementadas mudanças como permissão de aumento de gabarito e de coeficiente de aproveitamento.

Essa alteração de uso e ocupação do solo é impactante no sentido do aumento do adensamento da área em questão tornando-se um polo gerador de bens e serviços e consequentemente aumentando o fluxo de pessoas e a necessidade de melhor atendimento dos modais de transporte para a área.

Sendo assim, os viadutos são partes do empreendimento que geram como obrigações da contratada os resultados a serem alcançados e que ainda permitem liberdade em inovações metodológicas e/ou tecnológicas em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos no projeto de 2014.

Um outro fator a ser considerado como vantajosidade da contratação integrada consiste na obrigatoriedade, por parte da Contratada, de entrega do Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio onde deverá constar a manutenção preventiva e corretiva para o conjunto da obra que auxiliará a Administração Pública garantir a vida útil do empreendimento. As metodologias utilizadas tanto na concepção do projeto como na etapa construtiva devem observar o Decreto nº 39.537, de 18 de dezembro de 2018 que institui o Plano de Implementação das Ações de Manutenção do Patrimônio do Distrito Federal.

7. Por sua vez, nos termos do art. 9º da Lei nº 12.462/2011⁴, que instiga a apresentação de justificativas por parte da Jurisdicionada para adoção de contratação integrada, o TR dispõe (fl. 1918*):

No regime de contratação integrada, a permissão de contratar de forma conjunta várias prestações contratuais que eram fracionadas e contratar o objeto em um único certame, com um único executor, gera vantagens tais como:

⁴ Art. 9º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada, desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva, pelo menos, uma das seguintes condições: I - inovação tecnológica ou técnica; / II - possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou / III - possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02



- *Maior liberdade para a contratada inovar e buscar a metodologia mais adequada à execução do objeto;*
- *Possibilidade de alternativas com menores custos do que aquelas em que o projeto básico é previamente definido pela administração pública;*
- *Propostas mais vantajosas para a administração pública gerando economicidade.*
- *O envolvimento da contratada na execução do projeto permite ganho de eficiência na execução do contrato, dada sua potencial expertise na metodologia adotada;*
- *Abrangência das responsabilidades transferidas à contratada e consequentemente o deslocamento de uma parcela maior de riscos relativos à execução do contrato ao particular, o que anteriormente recaía sobre a Administração pública.*
- *A contratada ao assumir a responsabilidade pelos projetos básico e executivo, também assume os riscos associados à execução da obra ou serviço, não podendo alegar falhas nos projetos ou qualquer problema de execução para modificar o contrato, evitando aditivos e atrasos de entrega.*

8. É importante esclarecer que a obra em comento possui forte correlação com as obras da interseção da rodovia DF-011 (EPIG) com a via de acesso ao Parque da Cidade e o Setor Sudoeste, por conta disso, o Anteprojeto indica que essa "(...) interseção viária não será parte integrante do objeto licitatório por ser objeto do Edital de Concorrência nº 011/2020 – ASCAL/PRES, no entanto sua concepção assim como os impactos na rodovia, sejam positivos ou negativos, deverão ser considerados para tomadas de decisão e desenvolvimento do projeto de readequação da EPIG." (fl. 20*)

9. A última versão do Termo de Referência é apresentada às fls. 1916/1939**, sendo sua aprovação e autorização para realização da licitação no âmbito da Secretaria de Estado de Obras feita pelo Secretário de Estado, que consta à fls. 1945/1946**.

10. Por sua vez, o Diretor-Presidente da Novacap, no Despacho - NOVACAP/PRES (fls. 1947/1948**), também manifesta a anuência para realização do certame.

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02



11. Os documentos e demais peças técnicas encontram-se indicados no quadro apresentado a seguir:

Peça Técnica	fls.
Anteprojeto da Estrada de Indústrias Gráficas (EIG)*	03/91
Projeto Geométrico da EIG *	483/482
Projeto de Drenagem Pluvial da EIG *	483/549
Projeto de Pavimentação da EIG *	550/641
Projeto de Sinalização da EIG *	642/708
Projeto de Paisagismo da EIG *	709/873
Viaduto 01 da EIG *	874/1203
Viaduto 02 da EIG *	1204/1397
Viaduto 05 da EIG *	1398/1588
Viaduto 06 da EIG *	1590/1779
Viaduto 07 da EIG *	1780/1980
Viaduto 10 EIG *	1981/2129
Viaduto 11 da EIG *	2130/2298
Viaduto 12 da EIG **	01/145
Passarela Subterrânea da EIG **	146/249
Projeto Executivo Geométrico e de Terraplanagem da Estrada do Setor Policial Militar – ESPM **	250/341
Projeto Executivo de Drenagem da ESPM **	432/502
Projeto Executivo de Pavimentação da ESPM **	503/662
Memorial Descritivo dos Estudos Geotécnicos da EIG **	663/847
Matriz de Risco **	1518/1542

12. Do Projeto de Paisagismo, destacamos três imagens que remetem a detalhes da obra, vejamos (fls. 718 e 764*):

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

Fl.: 7
Proc.:00600-
00005541/202
1-99

Rubrica



Figura 6 – Passagem canteiro central



Figura 7 - Exemplificação da Parada de Ônibus



Figura 12 - Trecho EPIG e passagem subterrânea de pedestres

13. Feito estudo comparativo dentre os modelos de recolhimento previdenciário, foram obtidos dois cenários: “Sem Desoneração”, totalizando R\$

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



122.939.140,84 (fls. 940/1088**) e “Com Desoneração”, totalizando R\$ 125.188.100,24 (1181/1259**).

14. Logo, foi adotado como referência o modelo “Sem Desoneração”, por ser, nessas circunstâncias, o mais vantajoso para Administração.

15. Posteriormente, promovida a revisão do orçamento, foi apresentada nova planilha “Sem Desoneração” totalizando R\$ 132.603.800,37 (1543/1709**). Em suma, tal revisão se deu para “(...) inclusão da Taxas de Resíduos Construção civil – URE que passa a ser obrigatório a partir de JAN/2021 conforme Decreto nº 37.782/2016.” (fl. 1802**).

16. Em relação à disponibilidade orçamentária, é apresentada “Declaração de Orçamento” assinada pelo Subsecretário de Obras, informando (fls. 1876/1877**):

*Conforme o Decreto nº 41.773 de 04/02/2021 (DODF nº 25, de 05/02/2021), 58315417, que trata da programação orçamentária e financeira, e, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2021, **está constatado o valor total de R\$ 50.814.866,65 (cinquenta milhões, oitocentos e catorze mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), na Ação Orçamentária/Subtítulo 3119.0004, na Fonte de Recursos 135 – Operações de Crédito Internas, no ID USO, de código 0 (zero), como pode ser verificado no saldo registrado na Conta Contábil 622510000 - CRÉDITO DISPONÍV, E5L8316654, conforme consulta ao relatório extraído do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGo. Quanto à reserva requerida, esta foi efetivada no montante de R\$ 6.480.729,28 (seis milhões, quatrocentos e oitenta mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos), consistindo de valor equivalente a 04 (quatro) meses do cronograma físico-financeiro acostado ao doc 58059044 (pag.06), integrante do Orçamento Sem Desoneração que irá vigorar para o certame a ser autorizado, conforme o item 8 - Estimativa de Preço, do agora Termo de Referência 7, 58094830. O quadro demonstrativo relativo à reserva orçamentária encontra-se anexado ao Doc 58317014.***

*Em relação ao valor remanescente, no montante de **R\$ 126.123.071,09 (cento e vinte e seis milhões, cento e vinte e três mil, setenta e um reais e nove centavos)**, há previsão para os Exercícios Financeiros de 2022 a 2023, bem como o exercício subsequente de 2024, no Plano Plurianual - PPA, conforme o Programa Temático 6209 – Infraestrutura, Ação Orçamentária 3023 – Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Além disso, o Art. 5º do PPA 2020-2023 assevera que: “Os valores financeiros e as metas físicas estabelecidas para as ações do PPA 2020-2023 são estimativos, não constituindo limites à programação das despesas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais”.*

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



17. Prosseguindo nossa análise, acentuamos que foram feitas várias análises jurídicas que demandaram ajustes no instrumento convocatório e solicitaram esclarecimentos, são eles: Parecer SEI-GDF n.º 469/2020 - SODF/AJL (fls. 1431/1453**); Despacho - SODF/AJL (fls. 1507/1509**), Parecer SEI-GDF n.º 110/2021 - SODF/AJL (fls. 1904/1914**), Despacho - SODF/AJL (fls. 1943/1944**), Parecer SEI-GDF n.º 238/2021 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (fls. 2027/2036**), Despacho - SODF/AJL (fls. 2046/2051**), Despacho - SODF/AJL (fls. 2079/ 2081**) e Despacho - SODF/AJL (fls. 2102/2104**).

18. Na penúltima manifestação, o Parecerista constata que foram “(...) atendidas as diligências do Parecer SEI-GDF n.º 238/2021 - NOVACAP/ PRES/ DJ/ DECONS (61249687) (...)” (fl. 2081)

19. Do mesmo modo, na Informação - NOVACAP/ PRES/ DA/ DECOMP/ DILIC (fls. 2091/2099), a Divisão de Licitações e Contratos conclui “(...) que os alertas e recomendações do Parecer SEI-GDF n.º 238/2021 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (61249687) foram atendidos tanto pela SODF, quanto por este DECOMP, na condição de processador do certame, é o que temos a relatar”.

20. Em relação à designação da Comissão para condução dos procedimentos licitatórios, o Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal juntamente com o Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, na Portaria Conjunta nº 07, de 10 de junho de 2021, resolveram (fls. 2109**):

Art. 1º Constituir Comissão Especial de Regime Diferenciado de Contratação Integrada- RDCl para o recebimento e julgamento de Propostas e Documentação Técnica referentes ao certame RDCl n.º 01/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para desenvolvimento de projetos e execução de obras de readequação da Rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, no âmbito do Corredor de Transporte Público - Eixo Oeste - DF a ser realizado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP para contratação pela Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SODF.

Art. 2º Designar SILVIO ROMERO CORDEIRO, matrícula 58958-6, na qualidade de Presidente da Comissão Especial de Regime Diferenciado de Contratação Integrada-RDCl, e ROOSEVELTH ALVES DA SILVA, matrícula 74369-0, e THIAGO SANTOS SERAFIM, matrícula 973.519-4, como membros e representantes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, e CLEBIANA APARECIDA DA SILVA, matrícula 278.508-0, e

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



CAROLINE LEVI GUEDES, matrícula 278.506-4 (suplente), como membros representantes da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal.

Art. 3º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

21. No tocante à questão ambiental, as Jurisdicionadas apresentaram Licença de Instalação nº 022/2015 (fl. 1425/1430**), bem como Declaração - IBRAM/PRESI/SULAM (fl. 1424**) do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal, informando que a licença citada "(...) **encontra-se tacitamente renovada** uma vez que o requerimento de renovação da respectiva Licença foi protocolado tempestivamente nos termos do artigo 14. §4º da Lei Complementar nº140/2011, ou seja, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias".

22. Quanto à possibilidade de participação de empresas consorciadas e a subcontratação, o Edital estabelece, respectivamente às fls. 08 e fl. 09 da Peça nº 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#), que:

7.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, nos termos do inciso I, Parágrafo Único, art. 14, da Lei 12.462/2011 e do art. 51 do Decreto 7.581/2011.

8.1. Será permitida a subcontratação nos termos do art. 10, do Decreto nº 7.581/2011, bem como nas justificativas do Termo de Referência a fim de garantir a segurança jurídica e solidez da obra.

8.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

8.3. A subcontratação será admitida até o limite de 30% do valor do objeto da licitação e observar que:

23. Em relação ao parcelamento, ao permitir a participação de empresas consorciadas no certame, a nosso ver, o ajuste atende à Decisão Normativa nº 02/2012 – TCDF¹¹ quanto à efetuação do parcelamento do objeto.

24. Sobre à adoção dos benefícios concedidos às entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02

¹¹ a.1. Considerar que o parcelamento do objeto não se opera apenas pela via formal, sendo, também, atendido pelo parcelamento material, por intermédio da permissão para que empresas em consórcios venham a participar do certame, atendendo às disposições contidas nos artigos 23, §1º, e 15, IV, com a redação do art. 33, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que possa propiciar, para o caso concreto, a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, conforme prevê o art. 3º da mesma lei;



individuais), o Edital prevê (fl. 10 Peça nº 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#)):

8.7 A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592, de 02 de julho 2014, no percentual de 10%, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

25. No tocante ao reajustamento, o Edital dispõe (fl. 30 Peça nº 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#)):

*19.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, a Contratada fará jus ao reajustamento após o interregno de um ano, **contado da data base do orçamento**, aplicando-se o índice INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV – Coluna 18, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei nº 10.192/2001. (grifamos)*

26. Oportunamente, registramos que o exame formal do Edital não afasta eventuais fiscalizações posteriores acerca do procedimento licitatório e seus desdobramentos.

II – Análise da Documentação Encaminhada

II.1 – Da Utilização do Regime de Contratação Integrada

27. A respeito dos pressupostos que definem a escolha do Regime de Contratação Integrada, salientamos o noticiado no Informativo de Licitações e Contratos nº 289 do TCU¹², notadamente no contexto do Acórdão nº 1.388/2016 - Plenário, indicando um amplo debate no âmbito da Corte Federal de Contas que resultou no aperfeiçoamento de dois pontos para utilização do regime de contratação integrada nas contratações conduzidas pelo RDC, *in verbis*:

1. Nas licitações pelo regime de contratação integrada com base na possibilidade de execução com diferentes metodologias (art. 9º, inciso II, da Lei 12.462/2011), é obrigatória a inclusão nos editais de critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas diferenciadas admissíveis, em observância ao § 3º daquele artigo.

Auditoria realizada (...) apontara possíveis falhas em edital de RDC eletrônico destinado à elaboração dos projetos básico e executivo, sinalização, balizamento e execução das obras de dragagem (...), dentre as quais a inexistência do critério objetivo de julgamento a que se refere o § 3º do art. 9º da Lei 12.462/2011, para os casos em que há a possibilidade de adoção de diferentes metodologias de execução do objeto. (...) Logo, concluiu a relatora, “a aplicação do dispositivo em

¹² <https://portal.tcu.gov.br/jurisprudencia/boletins-e-informativos/informativo-de-licitacoes-e-contratos.htm>



questão não está necessariamente vinculada à adoção do julgamento por técnica e preço”, de modo que, numa licitação por menor preço, “pode perfeitamente o edital estabelecer critérios de avaliação e julgamento que privilegiem uma ou outra metodologia”. Assim, assentou que “o § 3º do art. 9º da Lei 12.462/2011 é perfeitamente aplicável em licitações por menor preço”. (...) **Assim, adotou o Plenário** a proposta da relatora para, dentre outros comandos, cientificar o Ministério (...), **de que “nas licitações pelo regime de contratação integrada enquadradas no inciso II do art. 9º da Lei 12.462/2011, é obrigatória a inclusão nos editais de critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas diferenciadas admissíveis, em observância ao § 3º daquele artigo”**.

2. A opção pelo regime de contratação integrada com base na possibilidade de execução com diferentes metodologias (art. 9º, inciso II, da Lei 12.462/2011) deve ser fundamentada em estudos objetivos que a justifiquem técnica e economicamente e considerem a expectativa de vantagens quanto a competitividade, prazo, preço e qualidade em relação a outros regimes de execução, especialmente a empreitada por preço global, e, entre outros aspectos e quando possível, considerem a prática internacional para o mesmo tipo de obra, sendo vedadas justificativas genéricas, aplicáveis a qualquer empreendimento.

Ainda na Auditoria que examinou o edital de RDC eletrônico destinado à elaboração dos projetos básico e executivo, sinalização, balizamento e execução das obras de dragagem (...), apreciou a relatora a falta de justificativa exigida pela Lei 12.462/2011 para adoção do regime de contratação integrada. Analisando o ponto, anotou inicialmente a relatora que “o art. 8º daquela lei definiu a empreitada por preço global, a empreitada integral e a contratação integrada como regimes preferenciais de execução”. Contudo, prosseguiu, “a opção pela contratação integrada não foi oferecida pela legislação de forma ampla e irrestrita, pois é exigida justificativa técnica e econômica para sua adoção, além da necessidade de o objeto da licitação observar pelo menos uma das condições estabelecidas no aludido art. 9º [inovação tecnológica ou técnica; possibilidade de execução com diferentes metodologias; ou possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado]”. Dessa forma, “não se pode admitir que a simples possibilidade de execução de qualquer serviço com metodologias diferenciadas [art. 9º, inciso II] seja suficiente para o enquadramento pretendido. Tal interpretação do art. 9º levaria à sua inocuidade, pois, se assim fosse, toda obra contratada a partir de um anteprojeto – como é o caso das contratações integradas – atenderia à condição da lei”. No caso concreto, a (...) apresentou justificativas técnicas e econômicas genéricas, “desprovidas da cabal demonstração das vantagens para a Administração da opção pela contratação integrada”. (...) Assim, **adotou o Plenário** a proposta da relatora, que incorporou com ajustes a sugestão do revisor ao item 9.1.1 do acórdão, para, dentre outros comandos, cientificar o (...), **que “a opção pelo regime de contratação integrada com base no inciso II do art. 9º da Lei 12.462/2011 deve ser fundamentada em estudos objetivos que a justifiquem técnica e economicamente e considerem a expectativa de vantagens quanto a competitividade, prazo, preço e qualidade em**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



relação a outros regimes de execução, especialmente a empreitada por preço global, e, entre outros aspectos e quando possível, a prática internacional para o mesmo tipo de obra, sendo vedadas justificativas genéricas, aplicáveis a qualquer empreendimento”.

28. Em relação ao primeiro ponto, no caso da presente contratação, entendemos imprescindível a inclusão de critérios específicos de avaliação da proposta mais vantajosa, pois ao focar a avaliação unicamente no custo inicial da proposta, as jurisdicionadas desconsideram os demais custos decorrentes, por exemplo, da operação e manutenção da obra, o que a nosso ver, compromete a definição da melhor escolha.

29. Isso significa que pode ocorrer que uma proposta de menor valor vença o certame, no entanto, essa proposta se torne a mais desvantajosa ao longo da vida útil da obra por custos inerentes à manutenção da obra.

30. Quanto ao segundo ponto, entendemos que o objeto passivo de contratação integrada deve ser tal que permita uma disputa efetiva em termos de metodologia/tecnologia. Se a obra for tão simples que as propostas oferecidas pelos particulares se tornem semelhantes, sem efetiva competitividade, logo, sem real ganho, não se justifica essas transferências de riscos para o particular (que reflete em maiores custos para o ente público), pois a Administração com a expertise que possui poderia muito bem dimensionar o objeto.

31. Para uma obra de engenharia de execução corriqueira que a própria Administração possa chegar sem grandes esforços, a solução ideal (melhor custo/benefício) não teria motivo, nos termos art. 9º, inciso II, da Lei nº 12.462/2011, a transferência da elaboração de projeto básico para o particular.

32. Isto é, se o objeto não oferece efetiva possibilidade no emprego de diferentes metodologias, capazes de render benefícios para a Administração, tal vantajosidade narrada como motivação para escolha da contratação integrada será diminuída ou anulada.

33. Em suma, seriam quatro quesitos a serem avaliados para bem motivar a escolha pela contratação integrada¹³:

- Real competição em termos de solução e projeto;

¹³ RDC e contratação integrada na prática: 250 questões fundamentais / Cláudio Sarian Altounian; Rafael Jardim Cavalcante – Belo Horizonte: Fórum, 2014. Página 284.



- Distinção relevante entre as possíveis soluções a serem apresentadas;
- Dificuldade de a própria administração chegar à melhor solução técnica e/ou metodológica;
- Capacidade de comparar e pontuar as diferentes soluções apresentadas;

34. Portanto, diante das questões levantadas no âmbito do Acórdão nº 1.388/2016 - Plenário, entendemos importante que seja determinado às Jurisdicionadas que:

- apresentem estudos objetivos que fundamentem técnica e economicamente, considerando a expectativa de vantagens quanto à competitividade, prazo, preço e qualidade, abstendo-se de justificativas genéricas aplicáveis a qualquer empreendimento, que justifique a opção pelo regime de contratação integrada com base no inciso II do art. 9º.
- diante da possibilidade de execução da obra com diferentes metodologias, inclua no Edital critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas admissíveis, em observância ao art. 9º, inciso II, § 3º da Lei nº 12.462/2011;

II.2 – Dos Requisitos de Habilitação Técnica

35. Sobre a habilitação técnica, o Edital disciplina (fls. 23/24 da Peça nº 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#)):

I - Do responsável Técnico

12.10.4.3.Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado (s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas – ART's e – emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de:



SERVIÇOS	Unidade
1.Execução de Obra de Arte Especial	m ²
2. Execução de armação em aço CA-50	Kg
3. Execução de Concreto asfáltico	t
4. Execução de Pavimento de Concreto	m ³
5. Execução de Tunnel Liner	m
6. Execução de rede de drenagem pluvial	m

II - Da Empresa

12.10.4.4. Capacidade Técnica Operacional da Empresa - Comprovação que a empresa licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão (ões) ou atestado (s). Os atestados para capacidade operativa da empresa deverá ser acompanhados das respectivas CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico - em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica do licitante, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para atender o acervo exigido.

12.10.4.5. Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução de:

SERVIÇOS	Unidade	Quantidade exigida
1. Execução de Obra de Arte Especial	m ²	1.302,00
2. Execução de armação em aço CA-50	Kg	254.876,00
3. Execução de Concreto asfáltico	t	34.337,00
4. Execução de Pavimento de Concreto	m ³	6.295,00
5. Execução de Tunnel Liner	m	106,0
6. Execução de rede de drenagem pluvial	m	2.131,0

12.10.4.5.1. Nos atestados apresentados pela empresa os serviços deverão guardar mesma complexidade técnica que os requeridos no quadro acima.



12.10.4.5.2. Os valores exigidos para a qualificação técnica referem-se a 50% dos serviços de maior relevância e valor significativo do objeto em contratação e/ou decorrentes de serviço específico indispensável a consecução do objeto a ser contrato, em observância à Constituição Federal, Art. 37, inciso XXI, Lei nº 8.666/1993, Art. 3º, § 1º, inciso I e Art. 30, inciso II, Súmula nº 263/2011 - TCU, Acórdão TCU nº 1636/2007 - Plenário e Processo nº 2.754/2019-e - TCDF;

12.10.4.5.3. Declaração de responsabilidade técnica de acordo com o modelo e nos termos do “Anexo XIV” do Edital, na qual deverá constar a qualificação dos responsáveis técnicos indicados para a execução das obras em licitação, assinada pelo representante legal da licitante.

36. Em relação às condicionantes exigidas, é digno de nota a existência de serviço que não possui materialidade financeira no escopo da obra a ser contratada, como é o caso do item nº. 5 “Execução de Tunnel Liner”.

37. Nesse sentido, dispõe a Súmula nº 263 do TCU:

*Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que **limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância¹⁴ e valor significativo** do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.*

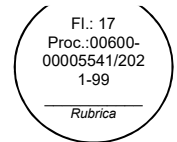
38. Entendimento que foi acompanhado por essa Corte, por exemplo, nas Decisões nº 2598/2019, 5855/2018, 3158/2017, 6220/2016.

39. Assim, iremos sugerir que seja determinado às Jurisdicionadas que excluam das condicionantes de qualificação técnica a comprovação de “Execução de Tunnel Liner”, por não corresponderem, simultaneamente, a parcelas de relevância técnica e valores significativos do objeto a ser contratado, nos termos da Súmula nº 263 do TCU.

40. Ademais, dos dispositivos apresentados, em convergência ao entendimento dessa Corte, o Edital possibilita a soma e não estabelece limitação de tempo ou locais específicos para os atestados exigidos dos licitantes.

41. Em relação aos demais requisitos de habilitação (jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira), também verificamos que os regramentos previstos no Edital não merecem reparos.

¹⁴ Relevância Técnica



II.3 – Da Ausência de Documentos de Responsabilidade Técnica

42. Não foram encaminhados os documentos que atestam a Responsabilidade Técnica referente à elaboração do Projeto Básico e da Planilha de Referência.

43. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União, tendo por base a Lei nº. 6.469/1977¹⁵ e Resolução nº. 1.025/09 – CONFEA¹⁶, estabeleceu na Súmula nº. 260:

“É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.”

44. O TCDF, por sua vez, também já teceu recomendações em distintas ocasiões, como, por exemplo, na Decisão n.º 5.749/12, que determinou assim:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III) determinar (...) b) a todos os órgãos e entidades integrantes do complexo administrativo do Distrito Federal que promovam o registro junto ao Crea/DF da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto (básico e executivo), execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas;

45. Desse modo, é importante que a Novacap e a SO encaminhem a documentação de Responsabilidade Técnica relativa à elaboração do Anteprojeto e da Planilha de Referência, consoante a Resolução n.º 1.025/09 do CONFEA, artigo 1º da Lei n.º 6.496/1977, e a Decisão TCDF n.º 5.749/12.

¹⁵ Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).

¹⁶ Art. 2º A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

II.4 – Do Orçamento Estimativo

46. Da Curva ABC¹⁷ apresentada pela Jurisdicionada (fls. 961/966**), considerando a limitação de tempo e o impacto da representatividade singular de cada um dos itens, optamos por restringir nossa análise ao limite de 72,84% do custo total:

Curva ABC

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ¹⁹ (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	%
1	ANP	Fornecimento de cimento asfáltico CAP 50/70.	t	3.777,091	R\$ 3.100,34	R\$ 11.710.267,19	10,58%
2	EXPEDITA	Viadutos OAE	M2	2603,95	R\$ 3.635,41	R\$ 9.466.437,85	9,27%
3	ESTIMADO	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	unid.	1,00	R\$ 6.674.574,29	R\$ 6.674.574,29	6,53%
4	95879 - SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 12/2016	TXKM	9.618.762,78	R\$ 0,53	R\$ 5.097.944,27	4,99%
5	407819M - SICRO	ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	kg	509.752,88	R\$ 9,76	R\$ 4.973.556,90	4,87%
6	96396 - SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019	M3	39.238,97	R\$ 114,86	R\$ 4.506.987,86	4,41%
7	4011533M - SICRO	PAVIMENTO DE CONCRETO COM FORMAS DEZLIZANTES-AREIA E BRITA COMERCIAIS	m3	12.589,72	R\$ 343,61	R\$ 4.325.974,04	4,23%
8	101025M - SINAPI-M	USINAGEM DE CONCRETO ASFÁLTICO COM CAP 50/70 PARA CAMADA DE ROLAMENTO, PADRÃO DNIT FAIXA C, EM USINA DE ASFALTO GRAVIMÉTRICA DE 150 TON/H. AF 03/2020 P	T	35.375,32	R\$ 112,82	R\$ 3.990.933,71	3,91%
9	101024M - SINAPI	USINAGEM DE CONCRETO ASFÁLTICO COM CAP 50/70, PARA CAMADA DE BINDER, PADRÃO DNIT FAIXA B, EM USINA DE ASFALTO GRAVIMÉTRICA DE 150 TON/H. AF 03/2020 P	T	33.299,07	R\$ 99,49	R\$ 3.312.978,34	3,24%

¹⁷ A Curva ABC define os itens prioritários de controle em ordem de materialidade.

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02

¹⁹ Valor sem BDI.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

 Fl.: 19
 Proc.:00600-
 00005541/202
 1-99

Rubrica

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ¹⁹ (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	%
10	93599 - SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_04/2016	TXKM	7.468.365,51	R\$ 0,38	R\$ 2.837.978,90	2,78%
11	94991 - SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	5.692,61	R\$ 450,41	R\$ 2.564.009,73	2,51%
12	4743 - SINAPI	CASCALHO DE CAVA	M3	90.638,84	R\$ 30,30	R\$ 2.746.356,75	2,48%
13	96391M - SINAPI-M	EXECUCAO E COMPACTACAO DE BASE E OU SUB BASE COM SOLO MELHORADO COM (3%)CAL - EXCLUSIVE ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF_09/2017	m3	39.378,97	R\$ 62,32	R\$ 2.454.246,53	2,40%
14	98504 - SINAPI	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	266.763,72	R\$ 8,42	R\$ 2.246.150,52	2,20%
15	94273 - SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	52.141,06	R\$ 35,54	R\$ 1.853.093,27	1,81%
16	96995 - SINAPI	REATERRO MANUAL APOLOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3	39.807,95	R\$ 39,76	R\$ 1.582.764,05	1,55%
17	ESTIMADO	IMPLANTAÇÃO DO CANTEIROS DE OBRAS COM MANUTENÇÃO	unid.	1,00	R\$ 1.430.265,92	R\$ 1.430.265,92	1,40%
18	EXPEDITA	PASSARELA SUBTERRÂNEA	M2	554,40	R\$ 2.465,51	R\$ 1.366.879,16	1,34%
19	CPU-001 - SINAPI	POÇO VISITA AG PLUV. EM ALVENARIA 1,10X1,10X1,40 M COLETOR D=40 E 60 CM COM BLOCO DE CONCRETO 09X19X39 CM, LAJE EM CONCRETO ARMADO PREMOLDADO FCK=225 KG/CM² E REVEST C/ARG CIM/AREIA 1:3 E=2,0 CM, C/ ESTRIBOS INCL. FORN. DE TODOS MATERIAIS. CONF. PROJETO	UN	1.257	R\$ 962,96	R\$ 1.210.439,39	1,18%
20	ANP	FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA IMPRIMANTE (EAI)	t	486,03	R\$ 2.603,10	R\$ 1.265.180,78	1,14%
TOTAL						R\$ 75.617.019,45	72,84%



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



47. Preliminarmente, apontamos que o estudo que culminou na formação do custo dos insumos asfálticos, especificamente os itens nº 01 “Fornecimento de cimento asfáltico CAP 50/70” e nº 20 “FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA IMPRIMANTE (EAI)” da Curva ABC apresentada, nos temos da Portaria nº 1.977/17 do DNIT, foram apresentados às fls. 1647/1648**.

48. Sobre a formação dos demais custos de referenciais, salientamos o apontamento feito pela Divisão de Licitações e Contratos à fl. 2091 **, nessas palavras:

"1. Conforme Documento SEI Orçamento SEM DESONERAÇÃO 58(059044) "o orçamento foi elaborado baseado primordialmente nos custos referenciais do SINAPI com data base de junho/2020, em seguida o SICRO com data base de janeiro/2020 e algumas tabelas auxiliares, tendo seus insumos alterados para o SINAPI", estando, portanto, em consonância com as recomendações da NOVACAP;"

49. De igual modo, ao indicar as premissas adotadas para elaboração dos custos de referência, informam que (fl. 1546**):

1. O orçamento foi orçado de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto 7.983/2013;

50. No entanto, o regramento que consta no Decreto nº 7.983/2013, para a tipologia da obra em epigrafe (infraestrutura de transportes), determina que:

Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

51. Portanto, diferente do pressuposto adotado, ou seja, a priorização do SINAPI em detrimento do SICRO, em atenção ao art. 4º do Decreto nº 7.983/2013 e em especial ao princípio da economicidade, entendemos importante que as

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

Jurisdicionadas adotem preferencialmente o SICRO para orçamentação da obra em questão.

52. A título de exemplificação, em relação aos itens da Curva ABC de nº 04 “TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016” e de nº 05 “ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO”, ao adotar como referência o SICRO²¹, as Jurisdicionadas tem o potencial de promover uma redução de até R\$ 3.454.481,26 (valor sem BDI) na planilha a ser licitada, vejamos:

ITEM	CÓDIGO PLANILHA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ²² (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
4	95879 - SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016	TXKM	9.618.762,78	R\$ 0,53	R\$ 5.097.944,27
5	407819M - SICRO	ARMAÇÃO EM AÇO CA-50 - FORNECIMENTO, PREPARO E COLOCAÇÃO	kg	509.752,88	R\$ 9,76	R\$ 4.973.556,90
Total						R\$ 10.071.501,17

ITEM	CÓDIGO SICRO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANTIDADE	CUSTO UNIT. ²³ (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
4	5915321 - SINAPI	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia pavimentadaAF_12/2016	tkm	9.618.762,78	R\$ 0,30	R\$ 2.885.628,83
5	407819 - SICRO	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	509.752,88	R\$ 7,32	R\$ 3.731.391,08
Total						R\$ 6.617.019,92

53. No mais, não identificamos nos documentos encaminhados a metodologia adotada para formulação expedida do preço unitário dos itens nºs 02 e 18 da Curva ABC, nessa ordem, “Viadutos OAE” e “PASSARELA SUBTERRÂNEA”.

54. Igualmente, também observamos que apesar de constar à fl. 1546** as premissas adotadas para precificação estimada dos itens nº 03, “ADMINISTRAÇÃO LOCAL” e nº 17 “IMPLANTAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS

²¹ Valores da planilha SICRO do Distrito Federal de julho/2020, sem desoneração, usada como base, pois é a tabela do SICRO mais próxima da referência do SINAPI adotada, que é junho de 2020.

²² Valor sem BDI.

²³ Valor sem BDI.

* Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01

** Peça Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

Fl.: 22
Proc.:00600-
00005541/202
1-99

Rubrica

COM MANUTENÇÃO” da Curva ABC, tais informações não foram lastreadas em referências detalhadas, vejamos:

9. O custo da implantação do canteiro, por tratar-se de contratação no Regime Diferenciado de Contratação Integrada, foi definido em função de percentual sobre o custo total da obra, metodologia expedita. A definição do percentual foi baseada na média do custo de implantação do canteiro de 4 (quatro) grandes obras, cujos orçamentos foram elaborados por esta Secretaria. O percentual foi ajustado devido a algumas particularidades da obra, pois nesta estimativa de custo já estão inclusos os canteiros de apoio para a implantação das obras de artes especiais, assim como os equipamentos de manutenção do local e os serviços de recuperação da área do mesmo após término das obras.

Serviços	OBRA 1	OBRA 2	OBRA 3	OBRA 4	Média Percentual (%)	Percentual (%) Ajustado para a obra
	Percentual (%)					
Canteiro de Obra	0.84%	0.37%	1.15%	1.07%	1.10	1.50%

10. O custo da administração local foi definido do mesmo modo que o custo da implantação do canteiro, devendo fazer parte da mesma a coordenação da equipe de elaboração do projeto e despesas com materiais de consumo e de expediente. Também houve ajuste no percentual devido às particularidades da obra.

Serviços	OBRA 1	OBRA 2	OBRA 3	OBRA 4	Média Percentual (%)	Percentual (%) Ajustado para a obra
	Percentual (%)					
Administração Local	5,72%	4,94%	7,58%	5,58%	5,96	7,00%

55. Dessa forma, julgamos prudente que as Jurisdicionadas indiquem de forma específica as fontes de onde extraíram as referências para formação dos custos estimados relativos aos itens “ADMINISTRAÇÃO LOCAL” e “IMPLANTAÇÃO DO CANTEIROS DE OBRAS COM MANUTENÇÃO”.

II.5 – Do Critério de Reajustamento

56. Como anteriormente relatado, o critério de reajustamento previsto no Edital estabelece (fl. 14 Peça nº 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#)):

19.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, a Contratada fará jus ao reajustamento após o interregno de um ano, contado da data base do orçamento, aplicando-se o índice INCC – Índice Nacional da Construção Civil da FGV – Coluna 18, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei nº 10.192/2001. (grifamos)

57. Observa-se, portanto, que as Jurisdicionadas adotaram um único índice para reajustamento, o que a nosso entender não é o mais adequado, haja


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

 Fl.: 23
 Proc.:00600-
 00005541/202
 1-99

Rubrica

vista, por exemplo, o item de maior representatividade na Curva ABC apresentada “Fornecimento de cimento asfáltico CAP 50/70” não possui nenhuma correlação com o INCC (índice adotado).

58. O índice de reajuste deve refletir as variações médias dos preços no ramo mercadológico específico e/ou no tipo de obra, e nesse sentido o DNIT possui a Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE²⁵, de 02 de janeiro de 2019, que estabelece vários índices de reajustamento que indicam a variação mensal de preços da cesta de negócio das diferentes famílias.

59. Só para o ano corrente (dados até maio de 2021)²⁶, por exemplo, a variação de custo com ligantes betuminosos foi bem maior do que o INCC.

DESCRIÇÃO DOS ÍNDICES		01/21	02/21	03/21	04/21	05/21
TERRAPLENAGEM	DEZ/2000=100	340,394	344,881	353,221	353,714	359,974
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	DEZ/2000=100	366,402	374,507	381,784	388,657	397,713
PAVIMENTAÇÃO	DEZ/2000=100	379,921	386,507	394,165	399,117	408,293
CONSULTORIA (Supervisão e Projetos)	DEZ/2000=100	245,714	245,836	245,977	247,326	247,645
DRENAGEM	DEZ/2000=100	347,382	351,830	357,046	361,446	364,619
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL	DEZ/2000=100	324,820	330,791	337,724	342,873	348,339
PAVIMENTOS CONCRETO CIMENTO PORTLAND	DEZ/2000=100	304,114	307,046	310,489	313,686	317,229
CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA	DEZ/2000=100	324,142	326,532	329,986	331,454	334,121
LIGANTES BETUMINOSOS	DEZ/2000=100	707,046	765,372	764,308	763,320	930,526
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (Sem Aço)	DEZ/2000=100	347,011	353,570	358,184	362,148	365,581
IGP - DI	AGO/1994=100	951,395	977,133	998,344	1020,495	1055,167
ÍNDICE NACIONAL DE CUSTO DA CONSTRUÇÃO	AGO/1994=100	852,809	868,929	880,265	888,191	907,899

60. Logo, iremos sugerir que seja determinado às Jurisdicionadas que adotem, no que couber, índices de reajustamento setoriais distintos para cada família de serviço, nos termos da Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE, de 02 de janeiro de 2019, do DNIT.

III – CONCLUSÃO

61. Na análise empreendida nesta Informação, relativa ao Edital da Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA, constatamos algumas falhas no instrumento convocatório atinentes aos aspectos formais e ao custo estimativo com potencial de comprometer a continuidade do certame.

²⁵ <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/documentos/InstruodeServio012019.pdf>

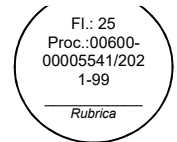
²⁶ <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/indices-de-reajustamentos/indices-de-reajustamentos-de-obras-rodoviario/ndicedeReajustamentodeObrasRodoviriasMAI2021.pdf>



62. Logo, com fulcro no o art. 277 do RITCDF, iremos propor a suspensão do referido certame, para que sejam efetuadas as devidas medidas corretivas às impropriedades apontadas.

63. Pelo exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento do Edital da Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA (Peça nº. 02, e-DOC: [8B8296FD-e](#)), do *link* de acesso ao Processo SEI nº 00110-00002590/2020-83 (Peça nº 04, e-DOC: [FBF9881C-e](#)) e da cópia do referido Processo juntada aos autos na aba Associados do Processo Eletrônico, notadamente nas peças “Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 01” e “Arquivos do link de acesso ao Processo Novacap – Parte 02”;
- II. determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e à Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal – SODF, com fulcro no art. 277 do RITCDF, que suspendam a Contratação Integrada nº 001/2021 – DECOMP/DA, até ulterior deliberação desta Corte, para que sejam adotadas as correções a seguir e/ou apresentem as devidas justificativas, encaminhando cópia comprobatória das medidas adotadas ao Tribunal:
 - a) apresentem estudos objetivos que fundamentem técnica e economicamente, considerando a expectativa de vantagens quanto à competitividade, prazo, preço e qualidade, abstendo-se de justificativas genéricas aplicáveis a qualquer empreendimento, que justifique a opção pelo regime de contratação integrada com base no inciso II do art. 9º;
 - b) diante da possibilidade de execução da obra com diferentes metodologias, incluam no Edital critérios objetivos de avaliação e julgamento de propostas que contemplem metodologias executivas admissíveis, em observância ao art. 9º, inciso II, § 3º da Lei nº 12.462/2011;
 - c) excluam das condicionantes de qualificação técnica a



comprovação de “Execução de Tunnel Liner”, por não corresponderem, simultaneamente, a parcelas de relevância técnica e valores significativos do objeto a ser contratado, nos termos da Súmula nº 263 do TCU;

d) encaminhem a documentação de Responsabilidade Técnica relativa à elaboração do Anteprojeto e da Planilha de Referência, consoante a Resolução n.º 1.025/09 do CONFEA, artigo 1º da Lei n.º 6.496/1977, e a Decisão TCDF n.º 5.749/12;

e) em relação ao orçamento estimativo:

1. adotem preferencialmente a tabela do SICRO para orçamentação da obra em questão, em atenção ao art. 4º do Decreto nº 7.983/2013 e ao princípio da economicidade;

2. apresentem a metodologia adotada para formulação expedida dos preços unitário dos itens “Viadutos OAE” e “PASSARELA SUBTERRÂNEA”;

3. indiquem de forma específica as fontes das quais extraiu as referências para formação dos custos estimados para a “ADMINISTRAÇÃO LOCAL” e para a “IMPLANTAÇÃO DO CANTEIROS DE OBRAS COM MANUTENÇÃO”.

f) Em relação aos critérios de reajustamento, adotem, no que couber, índices setoriais distintos para cada família de serviço, nos termos da Instrução de Serviço nº 01 – DG/DNIT SEDE, de 02 de janeiro de 2019, do DNIT;

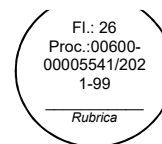
III. autorize:

a) o envio de cópia da Decisão que vier a ser adotada e do respectivo Relatório/Voto à Novacap, à SODF e ao Presidente da Comissão de Licitação, a fim de subsidiar o atendimento ao item II;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



Especializada para os devidos fins.

Brasília/DF, 12 de julho de 2021.

À consideração superior.

(assinado digitalmente)

Rafael de Freitas Teixeira

Auditor de Controle Externo

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário.

Em, 12 de julho de 2021.

(assinado digitalmente)

Antonio Carlos Dantas de Oliveira

Diretor da DIFLI